

Carta ao USP Mulheres e à Reitoria

Com o agravamento da crise do coronavírus, governo do estado João Dória decretou o cancelamento das aulas. A reitoria desta universidade anunciou a suspensão de todas as aulas, incluindo creches e Escola de Aplicação, fazendo com que docentes e estudantes fiquem em casa como medida de prevenção, mas não estendeu o mesmo tratamento aos milhares de trabalhadores efetivos e terceirizados desta universidade. A reitoria e os dirigentes desta universidade parecem acreditar que nós trabalhadoras e trabalhadores não ficamos doentes.

Além disso, o governo e também o reitor e os dirigentes da universidade precisam responder às mães trabalhadoras, principalmente as trabalhadoras terceirizadas, quem cuidará de seus filhos. A reitoria liberou para trabalho remoto aqueles que têm filhos menores de 10 anos sob seus cuidados. No entanto, além de desconsiderar aqueles que têm filhos acima de 10 anos e que não podem deixá-los sozinhos, a reitoria discrimina as milhares de trabalhadoras terceirizadas, que recebem salários baixíssimos, usam transporte público e estão mais vulneráveis a contaminação. Como ficam os filhos dessas trabalhadoras? O cancelamento das aulas na rede educacional pública e privada coloca principalmente sobre as mulheres trabalhadoras terceirizadas o dilema: perco dias de trabalho e salário ou com quem deixo meus filhos pequenos. Elas, as quais a reitoria nega direitos iguais aos efetivos e quem tem filhos na rede pública de educação, se faltam do trabalho são demitidas ou transferidas. Como ficam?

Diante da possibilidade de um colapso do sistema público de saúde, preparado há anos por cortes, privatizações e falta de contratos de pessoal, onde o sucateamento do hospital universitário se insere, o estado, e esta reitoria, tomam medidas que acabam descarregando a crise do coronavírus nas mulheres e nas famílias, como se a saúde da maioria da população fosse um assunto privado que dependesse de "responsabilidade individual".

Nos momentos de maior crise econômica e de crises como essa crise sanitária vemos o preço que o patriarcado cobra das mulheres. Sobre nós recai a dupla jornada, o cuidado com os filhos, os idosos e os doentes. As mães trabalhadoras - boa parte chefe de família, ou seja, que do seu salário depende toda a família - se vêem num dilema insolúvel entre trabalhar e a segurança de seus filhos menores. É inadmissível o tratamento desta reitoria a todas as trabalhadoras e trabalhadores dessa faculdade. O USP Mulheres e a Reitoria, que em seu comunicado pelo 8 de março afirma que quer "aprofundar o diálogo com os movimentos internos e externos à comunidade universitária e avançar em medidas que possam produzir impactos estruturais (...) adotando políticas que possam acelerar processos de equiparação de oportunidades". Ora, como "equiparar as oportunidades", quando a própria reitoria trata as mulheres trabalhadoras, as efetivas e as terceirizadas, de forma desigual quando se trata de preservar a saúde e a vida dessas trabalhadoras e daqueles que dependem dela?

É preciso imediatamente suspender todas as atividades presenciais garantindo a quarentena para todos os trabalhadores, efetivos e terceirizados. É preciso a contratação imediata e emergencial de profissionais para o HU, para ampliar a capacidade de atendimento da população. Que sejam garantidos protocolos de segurança e equipamentos de proteção individual aos trabalhadores responsáveis por atividades essenciais, algo que hoje é negligenciado, já que nem álcool gel há na maior parte das unidades. E todas as medidas necessárias para os moradores do Crusp, onde também convivem mães e crianças, seja garantindo bolsa em dinheiro emergencial para alimentação, ou compra de marmite. Além disso, resolução imediata dos problemas de manutenção dos equipamentos nas cozinhas e falta de água, questões que demandam uma saída emergencial.

Secretaria de Mulheres do Sintusp